



**O confronto discursivo entre o conservadorismo empresarial e a memória
ambientalista e sindical alagoana**

Clay Ewerthon Alves do Nascimento¹

Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante²

Resumo: Este trabalho é parte de pesquisa desenvolvida em nível de mestrado e tem por objetivo analisar efeitos de sentido produzidos no discurso do Programa de Educação Ambiental “Lagoa Viva”, desenvolvido pela empresa cloroquímica Braskem, situada no estuário lagunar Mundaú/Manguaba, Alagoas, confrontando com o discurso do ambientalismo histórico e as atuais ações sindicais. Analisamos a disputa de sentidos engendrados em acontecimentos discursivos antagônicos. Recorremos ao referencial teórico metodológico da Análise do Discurso ancorada no materialismo histórico dialético. Foi possível perceber sentidos antagônicos nos referidos discursos, constatando que a Educação Ambiental defendida pela empresa está dissociada das lutas históricas ambientalistas, constituindo-se um mecanismo da classe dominante empresarial que apropria-se de elementos da formação ideológica antagônica para silenciar/apagar os conflitos sociais e ambientais provocados pela instalação da referida empresa.

Palavras – chave: educação ambiental; discurso; ideologia.

**El enfrentamiento discursivo entre el conservadorismo empresarial y la memoria
ambientalista y sindical alagoana**

Resumen: Este trabajo es parte de investigación desarrollada en nivel de máster y tiene por objetivo analizar efectos de sentido producidos en el discurso del Programa de Educación Ambiental “Lagoa Viva”, desarrollado por la empresa cloroquímica Braskem, situada en el estuario lagunar Mundaú/Manguaba, Alagoas, confrontando con el discurso del ambientalismo histórico y las actuales acciones sindicales. Analizamos la disputa de sentidos engendrados en acontecimientos discursivos antagônicos. Recurrimos al referencial teórico metodológico del Análisis del Discurso anclada en el materialismo histórico dialético. Fue posible percibir sentidos

¹ Graduado em Ciências Biológicas Licenciatura, Mestre em Educação e Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Alagoas. Integrante do grupo de pesquisa Políticas Públicas: história e discurso (PPGE/CEDU/UFAL). E-mail: nascimentoalagoas@gmail.com

² Graduada em Letras e Linguística - PPGLL - FALE/UFAL. É líder do grupo de pesquisa Políticas Públicas: história e discurso (PPGE/CEDU-UFAL). E-mail: mdosaoc@gmail.com

antagônicos en los referidos discursos, constatando que la Educación Ambiental defendida por la empresa está dissociada de las luchas históricas ambientalistas, constituyéndose un mecanismo de la clase dominante empresarial que se apropia de elementos de la formación ideológica antagônica para silenciar/borrar los conflictos sociales y ambientales provocados por la instalación de la referida empresa.

Palabras clave: educación ambiental, discurso, ideología.

The discursive confrontation between business conservatism and the alagoan environmentalist and syndicalist memory

Abstract: The work presented here is part of a research developed in a master's level and aims to analyze the effects produced in the discourse of the educational environmental program "Lagoa Viva", developed by the chlorochemical company Braskem, located on the estuary lagoon Mundaú/Manguaba, in the state of Alagoas, confronting with the historical environmental discourse and the current syndicalist actions. We analyzed the dispute of engendered sense in antagonistic discursive happenings. For this end, we recurred into the theoretical methodological referential of the discursive analysis anchored in dialectic historical materialism. From this referential, it is possible to notice antagonistic senses in the referred speeches. Finding that the EE defended by the company dissociated it is with the historical environmental struggle, constituting a mechanism of the dominant corporative class that appropriate from formational antagonistic ideological elements to silence/erase the social and environmental conflicts provoked by the installation of the mentioned company.

Keywords: environmental education; discourse; ideology.

Introdução

A educação como um campo de estudo interdisciplinar se aproxima ou se assemelha bastante à filosofia, principalmente, quando se permite vê-la para além da institucionalidade, de forma abrangente, abarcando a totalidade social. Assim também ocorre, ou deveria ocorrer, quando tratamos da Educação Ambiental (EA), que, necessariamente, deve dialogar de maneira interdisciplinar e/ou transdisciplinar, articulando saberes das ciências naturais e das ciências sociais, devendo ir à totalidade dos problemas ambientais, ou seja, abarcando a raiz da problemática em seu aspecto mais radical possível, para além do romantismo ecológico, predominante nos discursos de defesa da natureza que se perde nos imediatismos e institucionalismos.

A necessidade de aprofundar essas reflexões levou-nos à formulação de um problema sobre o principal projeto de EA no estado de Alagoas. Neste trabalho, no entanto, trataremos apenas de um recorte extraído dessas reflexões a partir da análise do Programa de Educação Ambiental "Lagoa Viva", financiado pela empresa BRASKEM.

Precisamos entender a EA a partir da conjuntura histórica que propicia seu surgimento, pois essa conjuntura está diretamente ligada ao sistema capitalista e seus impactos na natureza. Afirmar isso parece óbvio, no entanto, atores ligados à temática ambiental continuam limitando-se a teorias não relacionadas à história e/ou a práticas conformistas, não refletindo sobre as diversas ideologias presentes na EA, consensuando assim com o vilão. Uma EA crítica deve passar necessariamente pelo questionamento das formas de apropriação da natureza pelo “sócio metabolismo” capitalista e ser ideologicamente a favor da emancipação.

Partirmos do pressuposto de que a dissociação da Educação Ambiental (EA) das lutas históricas ambientalistas constitui um recurso ideológico das classes dominantes. Considerando a existência em Alagoas de um movimento ambientalista contrário à indústria cloro-química Salgema (atual Braskem), construímos a hipótese de que a criação do Programa de Educação Ambiental Lagoa Viva (PLV) e do Instituto Lagoa Viva (ILV), responsável por sua implementação, é uma estratégia, a partir da perspectiva do capital, de camuflar os problemas causados por essa empresa, a fim de minimizar conflitos em relação ao tema da degradação ambiental em torno das lagoas Mundaú e Manguaba. Pela relação que o programa tem com a empresa, pode-se afirmar que a práxis discursiva de EA em questão se enquadra na linha conservadora, o que impede a autonomia do projeto de EA em seu sentido transformador, silenciando/apagando a perspectiva crítica.

No intuito de contribuir para o desenvolvimento de uma Educação Ambiental Crítica em Alagoas que sirva para as práticas ambientalistas de lutas para recuperação sócio-ambiental e equilíbrio ecológico do Complexo-Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba (CELMM), favorecedora da diversidade e da liberdade, tratamos de analisar o discurso de EA do ILV/Braskem, visando desvelar sentidos produzidos sobre a vida no discurso da Educação Ambiental difundido pela empresa, confrontando com o discurso histórico do ambientalismo em Alagoas e o discurso do sindicato ligado à empresa em questão, no que concerne à substância cancerígena amianto.

O referencial teórico-metodológico utilizado foi a Análise do Discurso fundada por Pêcheux. Além disso, estabelecemos uma interlocução com a ontologia marxiana de Lúkács, com as contribuições de Volochínov, Orlandi e outros teóricos que tratam da determinação histórica dos sentidos. Quanto à Educação Ambiental, nos referenciamos nas contribuições históricas de Vieira e travamos um diálogo teórico com Layrargues.

Da análise sobre outros temas e aspectos teóricos ligados ao referido programa de Educação Ambiental, abordamos aqui apenas o tema da EA em seu sentido histórico,

especialmente no que concerne as disputas por sentidos de vida, presentes no movimento ecológico desde seu surgimento e fundamentais na atualidade.

Condições de Produção do discurso acerca da Educação Ambiental em Alagoas

Na perspectiva da Análise do Discurso pecheutiana, o estudo das práticas discursivas exige que se leve em consideração a categoria Condições de Produção do Discurso cunhada a partir de contribuições de Marx (1983, p. 24) que assim reflete em sua obra *Contribuição à crítica da economia política*:

Na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças materiais produtivas. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade. [...] O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social e intelectual. (Grifo nosso).

Assim, sendo os processos discursivos constituídos a partir de acontecimentos, numa dada sociedade, produz sentidos historicamente determinados. Conseqüentemente, o estudo dos processos de produção de sentidos exige a compreensão da sociedade na qual os discursos emergem. A esse respeito também afirma Courtine (2019, p. 163): “se não se tem o saber histórico que permite compreender a complexidade do objeto estudado, não se compreende nada de nada”. A partir dessa ótica, é necessário levar em consideração o momento histórico do surgimento do discurso da Educação Ambiental em Alagoas.

O nascimento dos problemas ambientais no Complexo Estuário Lagunar Mundaú/Manguaba, bem como o aparecimento de ações em Educação Ambiental (EA) voltadas, especificamente, para esse meio ambiente nos remetem a um processo sócio histórico, que começa desde a criação das primeiras usinas, quando os dejetos são lançados, sem tratamento, nas referidas lagoas, problema já alertado por Octávio Brandão, no início do século XX. Para o referido autor (2001, p. 104), era preciso tratar das águas, evitando “que usineiros argentários vertam as tibornas nos rios”.

Na década de 1980, havia cerca de dez usinas sucroalcooleiras na região de influência sobre o CELMM (ALAGOAS, 1980). Esse fato deixa os ambientalistas e educadores ambientais em alerta, pois, apesar da modernização atual em algumas dessas indústrias com a utilização do vinhoto (dejeito industrial) na fertirrigação, ainda existem sérios casos de degradação dos rios e lagoas por esse nocivo poluente (FLORES, 1999; CPT/AL, 2009).

As usinas de cana de açúcar estão entre os principais agentes responsáveis pela destruição ambiental do CELMM, além de problemas relacionados ao poder público, como a falta de saneamento ambiental. Somados aos problemas ambientais causados pela indústria canavieira, temos ainda, na história das lagoas, grandes impactos, desencadeados com a implantação das indústrias Químicas SALGEMA (hoje BRASKEM), em Maceió e o Polo Cloroquímico de Marechal Deodoro³, que possui diversas indústrias químicas, entre elas uma filial da BRASKEM. Há ainda outras indústrias, como por exemplo, a PROFERTIL em Santa Luzia do Norte⁴, produtora de fertilizantes, que contribuem para a degradação ambiental do referido complexo de ecossistemas.

A implantação de Indústrias Químicas em ambientes frágeis se deu como estratégia desenvolvimentista (ideologia do crescimento a qualquer custo) dos governos militares brasileiros. A presença de extensas jazidas de sal-gema com reservas estimadas em três bilhões de toneladas de minérios com grande pureza, que teriam um potencial de serem extraídas por 300 anos, atraiu logo a atenção de grandes empresários nacionais e internacionais para a área dos canais e lagoas. Em 1966, é concedida pelo estado de Alagoas, ao grupo industrial EU LUZ, a exploração das jazidas, sendo criada para tanto a SALGEMA Indústrias Químicas Ltda (VIEIRA, 1997; 2003).

Apesar de terem sido feitos estudos promovidos por uma equipe técnica, ligada institucionalmente ao governo do estado que tinha, conforme os mesmos, o objetivo de minimizar prejuízos culturais e ecológicos devido à grande modificação sócio ambiental, que causaria a implantação da SALGEMA (ALAGOAS, 1980), nada de concreto foi feito pelo governo e empresa para preservar, de fato, aquele ambiente, sobrepondo-se, assim, à preservação ambiental e social os interesses econômicos privados (LIMA, 1984).

Implantado em 1976, no bairro do Mutange e na restinga do Pontal da Barra, entre o mar e a lagoa Mundaú, o Complexo Químico de Alagoas (CQA) iniciado pela SALGEMA, produzindo soda cáustica e cloro, contribuiu para aumentar a degradação ambiental, já promovida pelas usinas de cana. Para sua instalação, ocorreu a destruição de dunas, resquícios de mata de restinga, o desmatamento de área verde de coqueirais e destruição de pequenas áreas agricultáveis. O início de seu funcionamento foi marcado por um clima de insegurança entre os moradores do Pontal da Barra e Trapiche, bairros de Maceió, próximos ao empreendimento, por conta dos vazamentos que poluíam o ar, solo e

3 Cidade situada às margens da lagoa Manguaba

4 Outra cidade situada às margens da lagoa Mundaú.

água da lagoa Mundaú. A comunidade sofria com problemas de saúde causados pelo escapamento de cloro (VIEIRA, 1997, FLORES, 1999).

Mesmo com todos os problemas causados, foi posto diante da população um projeto de duplicação da indústria que colocava em risco a saúde e a vida na região, bem como a expulsão de moradores dos seus bairros (LIMA, 1984). Diante desse projeto, ocorre a omissão do poder público e o silêncio com pouca divulgação dos fatos, nos meios de comunicação da época (PINTO, 2004).

Esses fatos, que traziam para muitos jornalistas e sindicalistas lembranças de tristes períodos da ditadura militar, com suas práticas de censura em vigor, instigaram a mobilização de forças políticas insatisfeitas que daria origem ao Movimento Pela Vida (MOVIDA) em 1986. Entre as demandas e reivindicação desse movimento, estavam: 1) impedir os planos de duplicação da capacidade produtiva da SALGEMA; 2) monitoramento imediato dos acidentes ambientais e emissões de resíduos poluentes; 3) promoção de estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA) para fundamentar a reivindicação da transferência da SALGEMA para ambiente mais adequado, longe de ecossistemas de importância vital como o CELMM (PINTO, 2004).

As ações do movimento ambientalista provocaram impasses nos projetos dos empresários e governo e conflitos entre os diversos setores envolvidos. Por parte do governo, vinham contradições de querer dialogar com o movimento, criando grupos de trabalho e estudo, debates públicos, chegando até a uma ideia de plebiscito sobre a questão (declarada inconstitucional pela justiça eleitoral), ao mesmo tempo em que se mantinha claramente a favor da SALGEMA e do Polo cloroquímico na cidade de Marechal Deodoro. Essas ações eram apenas artifícios para forjar uma legitimação social, amortecendo o impacto da crítica ambientalista (PINTO, 2004).

Apesar de não conseguirem todas as reivindicações, houve vitórias parciais muito importantes para o movimento como: a garantia das terras aos moradores pelo tombamento do bairro do Pontal da Barra; a inserção da temática ecológica e o significativo aumento da “consciência ambiental” em diversos setores da sociedade alagoana. Depois disso, surgiram em Alagoas, diversas ONGs ambientalistas com caráter mais institucionalizado, de estudo e trabalho principalmente (as chamadas ONGs de Serviço), incluídas no que veio a se chamar terceiro setor. As referidas instituições distanciaram-se do tipo de ambientalismo crítico e militante da década de 1980.

Após esse breve recorte histórico, trataremos do surgimento do Programa de Educação Ambiental Lagoa Viva/Braskem (PLV), objeto de estudo neste trabalho,

procedendo, em seguida, à análise do discurso desse projeto - sua base, referências, o que está subjacente aos sentidos e silenciamentos produzidos.

Segundo Souza (2010), o projeto foi criado em 1997, pela empresa TRIKEM (hoje BRASKEM) com o nome Programa Lagoas, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Maceió (SEMED), envolvendo 9 escolas municipais situadas às margens da lagoa Mundaú. Na proposta de formação do projeto, foram feitos cursos de formação para professores, discutindo diversos aspectos de problemas ambientais na lagoa, incluindo o tema da poluição química. Ainda segundo a autora. Uma das conquistas mais expressivas do Programa Lagoas foi a construção da Agenda 21 de 18 escolas municipais. (SOUZA, 2010).

O Programa Lagoas é finalizado no ano de 2000, rediscutido e relançado pela empresa BRASKEM em 2001, como Programa de Educação Ambiental Lagoa Viva. No ano seguinte, esse programa se empenha na formação continuada de professores, tendo como referencial teórico Kits do PAMA (Parâmetros em Ação – Meio Ambiente na Escola) fornecidos pelo MEC (SOUZA, 2010). Em 2007, o Programa estabelece como meta principal institucionalizar a política de Educação Ambiental em Alagoas, de acordo com a base legal da EA (ILV, 2010).

As ações do PLV giram em torno do conceito de sustentabilidade com as iniciativas descritas a seguir: pescadores de mel – Capacita pescadores no entorno do CELMM na criação de abelhas; etenoduto – promove palestras e atividades de conscientização e mobilização para as comunidades do entorno das tubulações da BRASKEM; hortas hidropônicas e medicinais – difunde técnicas de cultivo em comunidades e escolas; arte com plástico – capacitação, através de oficinas de reciclagem com garrafas PET para escolas e comunidades; cinturão verde – espaço de área verde situado ao lado da empresa, destinado a excursões escolares, com palestras e incentivo ao plantio de mudas. Além dessas iniciativas, existem outras - de cunho sócio educativo e cultural - promovidas ou apoiadas pelo programa: ecovela; curso de inglês; projeto Baianas do Pontal; oficinas de música e jogos estudantis. Há ainda os já mencionados projetos de formação continuada em diversas escolas em 25 municípios do entorno do CELMM, abrangendo a área das lagoas e seus rios formadores, expandindo-se para outros ambientes do Estado de Alagoas como o Agreste e a Caatinga (ILV, 2010).

Como podemos constatar, todas as atividades desenvolvidas pelo programa referem-se a oferecer aos moradores, alternativas para que se adaptem à situação criada com a implantação da empresa. Nenhuma sugere medidas que deverão ser adotadas pela

referida empresa no que concerne, pelo menos, à redução dos prejuízos provocados ao meio ambiente e à população ribeirinha, já que a mesma continua poluindo as lagoas, com a liberação de tóxicos no ar e nas águas e o aparecimento de explosões na planta industrial, além da falta de cuidados internos denunciados pelo Sindicato dos trabalhadores dessa empresa. Em nenhum documento é divulgada qualquer notícia das ações do PLV sobre os riscos do agente cancerígeno Amianto, um dos principais fatores danosos à saúde e ao meio ambiente enfrentado pelos trabalhadores (SINDPETRO, 2009).

A partir dessas considerações, entendemos ser necessário levantar algumas questões que buscaremos responder na análise. Como funciona o discurso do PLV em relação às atividades sócio históricas da empresa? Quais efeitos de sentido entram em disputa no confronto da EA empresarial e a memória histórica ambientalista? É necessário, pois desvelar os sentidos camuflados/silenciados no discurso do PLV e a ideologia que atravessa esse discurso.

O signo “vida” na educação ambiental alagoana

Iniciaremos o exercício de análise a partir do que consideramos como elementos constituintes das bases formadoras do corpus discursivo, a fim de discutir efeitos de sentidos relacionados à Educação Ambiental no Estado de Alagoas. Primeiramente, lançaremos olhares à expressão **Lagoa Viva** presente em diversas materialidades de divulgação da Educação Ambiental em questão, a exemplos do **Informe Lagoa Viva** (2005), informativo do Programa de Educação Ambiental Lagoa Viva; **Programa Lagoa Viva** (s/ano), título de folder de divulgação da Braskem/Programa de Educação Ambiental Lagoa Viva, no qual o programa é citado como uma iniciativa da Braskem; **INSTITUTO LAGOA VIVA** (2010), título de revista do referido programa e também do instituto executor.

Para fazer o contraponto a esse discurso, abordaremos também o discurso do ambientalismo defendido no território alagoano, ainda pouco discutido academicamente, que possui características locais bem peculiares, cujos sentidos em torno da Educação Ambiental, em defesa ecológica do ambiente lagunar e da vida, como símbolo de luta, contrapõem-se aos sentidos do PLV.

Inicialmente, destacamos a designação das duas siglas, **Programa de Educação Ambiental Lagoa Viva (PLV)** e **Instituto Lagoa Viva (ILV)**, a fim de especificar a análise, tendo em vista que a designação Lagoa Viva, pode ser encontrada de diversas maneiras nas materialidades, ora junto ao conceito de Programa, de Educação Ambiental,

ora como Projeto, ou simplesmente de forma abreviada como Lagoa Viva. Antes, porém de discutirmos **sentidos de vida** subjacentes à expressão conceitual em questão, debateremos o conceito de Educação Ambiental.

Sobre o conceito de Educação Ambiental (EA), que encontramos na primeira sigla citada (PLV - Programa de Educação Ambiental Lagoa Viva), Layrargues (2004, p.7) entende que:

Educação Ambiental é um vocábulo composto por um substantivo e um adjetivo, que envolvem, respectivamente, o campo da Educação e o campo Ambiental. Enquanto o substantivo Educação confere a essência do vocábulo 'Educação Ambiental', definindo os próprios fazeres pedagógicos necessários a esta prática educativa, o adjetivo Ambiental anuncia o contexto desta prática educativa, ou seja, o enquadramento motivador da ação pedagógica. [...] Assim, 'Educação Ambiental' designa uma qualidade especial que define uma classe de características que, juntas, permitem o reconhecimento de sua identidade, diante de uma Educação que antes não era ambiental.

Embora a análise linguística feita por Layrargues sobre o conceito de EA na citação acima esteja correta, ao tomarmos como base, os pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso (AD) de origem pècheutiana, que considera a relação da linguagem com a ideologia e a história - elementos centrais na análise - teremos de ir além dessa base linguística citada e nos aprofundarmos ainda mais para compreender o discurso que se materializa na linguagem.

Partimos então do mesmo autor acima citado, quando este faz a distinção da Educação Ambiental em dois grandes campos: um crítico e outro conservador, ou mesmo quando empreende na obra *A Cortina de Fumaça* uma análise discursiva do empresariado, lançando olhares que nos ajudam a compreender melhor as Condições de Produção (CP) do discurso objeto de nossa pesquisa. Nesta obra, Layrargues (1998, p. 16), destaca o conceito de “ideologia da racionalidade econômica”, apontando o empresariado que “abandona sua imagem de vilão da ecologia e adota a imagem de amigo do verde”

Neste trabalho, pioneiro no campo, o autor, que hoje é um dos principais teóricos da vertente crítica em EA no Brasil, entende que “a questão ambiental é, antes de tudo, uma questão ideológica” (idem, p.17). Ao discutir os objetivos de sua dissertação, Layrargues (idem, p.15) coloca que:

Não está em questão discutir a riqueza ou escassez do discurso empresarial verde no tocante à questão ambiental e, tampouco, (...) realizar um estudo de caso específico para **verificar se há ou não um**

descompasso entre a teoria e a prática empresarial dirigida para o meio ambiente, ou seja, se a ação empresarial corresponde verdadeiramente ao enunciado de seu discurso não se restringindo apenas à retórica. [...] Em vez de investigar a retórica do ambientalismo empresarial a fim de avaliar a distância para com a ação implementada em prol do meio ambiente, pretendemos identificar o grau de coerência do discurso com relação ao ambientalismo tradicional e verificar a sintonia com os princípios que norteiam o pensamento ecológico original, a partir de conceitos de racionalidade ecológica e de ética ecológica. (Grifo nosso)

Layrargues descarta a sugestão de estudo de caso por considerar que, por trás dessa tendência analítica, estaria a compreensão de que o setor empresarial já estaria internalizando valores ecológicos e implementando uma produção “ecologicamente correta”, abdicando assim da “ideologia da racionalidade econômica”. Apesar de corroborarmos essa crítica, entendemos como interessante a noção de estudo de caso⁵, mesmo que não adotemos aqui, essa metodologia.

Conforme podemos apreender de Lukács, há uma imanência do objeto de pesquisa que determina caminhos possíveis à análise. O objeto da ontologia, estudo do ser, conceito em que se dedicou esse autor, trata de captar o que existe no real, as determinações que orientam a compreensão do ser e as diversas mediações sociais que acontecem na realidade. Conforme Vaismam (1989, p. 409), a opção de Lukács pela ontologia não se deve a “uma mera preferência pessoal ou por uma simples opção intelectual, mas porque se trata de um desafio histórico concreto”. A esse respeito, segundo a referida autora, a ontologia lukácsiana nos permite compreender que

o real tem uma natureza e esta existência e esta natureza são capturáveis intelectualmente. E, na medida em que é capturável, pode ser modificada pela ação cientificamente instruída. Ideológica e conscientemente conduzida pelo homem. Postular desse modo a ontologia é resgatar a possibilidade de entendimento e transformação da realidade humana. Em suma, é colocar o fato de que o real não é, afinal de contas, uma ilusão dos sentidos e que nossa subjetividade pode se objetivar na conquista da realidade (idem, ibidem).

Segundo Cavalcante *et. al.* (2009, p. 41), “o método de uma pesquisa não surge a partir do sujeito que conhece; [...] sua determinação é dada pela vinculação ao campo teórico metodológico ao qual se filia o pesquisador”. Como já dito anteriormente, filiamo-

5 Indicamos para os interessados em ampliar os estudos iniciados neste trabalho, a possibilidade de “estudo de caso” para a Educação Ambiental na escola de ensino fundamental Silvestre Péricles, localizada no bairro do Pontal da Barra, âncora do Programa Lagoas e do Programa de Educação Ambiental Lagoa Viva.

nos à Análise do Discurso ancorada no Materialismo histórico dialético. Essa perspectiva teórica leva os pesquisadores a buscarem o discurso em sua materialidade histórica. Ou seja, é necessário tratar os discursos, como práticas de sujeitos no seu fazer histórico discursivo.

Essa compreensão discursiva que abraçamos entende o discurso como resultado e possibilidade de relações sociais logo, essencialmente ideológico visto que, como diz Cavalcante *et. al.* (2009, p. 64), “o sujeito que o produz o faz de um lugar social, de uma posição ideológica”. Assim, no que concerne a nosso objeto de estudo, cabe uma pergunta que buscaremos responder ao longo deste trabalho. De que posição ideológica enunciam os sujeitos dos discursos de Educação Ambiental da BRASKEM/PLV/ILV e do movimento ecológico?

Considerando que a lógica do modo de produção capitalista assenta-se na exploração do trabalho humano e no acúmulo do capital, qualquer empresa no sistema capitalista, se quiser manter seus índices de lucro, não pode ser ecológica ou educadora ambiental no sentido radical. Daí a importância didática de demonstrar esse pressuposto nessa pesquisa, contribuindo para o entendimento do funcionamento do discurso da empresa Braskem e de seu programa de EA em relação à práxis histórica e ambiental.

Aliado a este objetivo mais amplo também levamos em conta na análise, conforme sugestão de Layrargues (*idem*, p. 15), em seu objetivo de trabalho, o “grau de coerência do discurso com relação ao ambientalismo tradicional”. Esse, que é um dos objetivos de nosso trabalho não foi formulado a priori, surgiu de acordo com a leitura e aprofundamento sobre o conhecimento do *corpus* que nos permitiu observar que o discurso empresarial de EA que decidimos analisar tem relações diretas com o surgimento do “ambientalismo tradicional” em terras alagoanas. Assim, o próprio estudo em questão, nos leva a “verificar a sintonia com os princípios que norteiam a elaboração do pensamento ecológico original” (*idem*, *ibidem*), pois surge um movimento ecológico, na cidade de Maceió, conforme vimos anteriormente, neste trabalho, justamente em contraponto às ações degradantes da mesma empresa que implementa o programa de EA.

Aqui, cabe retomarmos uma pergunta que fizemos anteriormente: como se dá a relação do discurso de Educação Ambiental da Braskem/PLV/ILV com as reivindicações históricas do movimento ecológico? Ou melhor, poderia haver alguma referência em relação à história do ambientalismo militante em Alagoas, já que de antemão, sabemos que a posição-sujeito em questão faz parte da formação ideológica dominante? Ou se trata de um discurso que visa encobrir a história com “uma cortina de fumaça” (pegando

emprestado a expressão metafórica utilizada por Layrargues), uma fumaça educativa verde, visando impedir a formação de uma consciência histórica crítica em torno de temas educativos ligados à defesa das Lagoas ou relativos à EA globalmente?

A AD, que utilizamos neste trabalho, é uma vertente analítica que considera o discurso como práxis de sujeitos Fundada por M. Pêcheux, na França, com a obra *Análise Automática do Discurso (AAD69)*, projeto de teoria das ideologias e do discurso, ao qual se juntaram outros autores, a AD considera, sobretudo, o processo de efeitos de sentido do discurso materializado pela linguagem, estudado através de materialidade escrita, falada, gestual, imagética por exemplo, deixa marcas simbólicas e, portanto, pistas que podem ser analisadas a partir da teoria do discurso que leva em conta o sujeito, a História e a ideologia como fundamentais para compreender qualquer processo de produção de sentido. Segundo Orlandi (2005, p.16): “os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem, descentrando a noção de sujeito e relativizando a autonomia do objeto da linguística”. Retomando a discussão metodológica lançada acima, ainda segundo essa mesma autora:

Face ao dispositivo teórico da interpretação, há uma parte que é da responsabilidade do analista e uma parte que deriva da sua sustentação no rigor do método e no alcance teórico da Análise de Discurso. O que é de sua responsabilidade é a formulação da questão que desencadeia a análise. Cada material de análise exige que seu analista, de acordo com a questão que formula, mobilize conceitos que outro analista não mobilizaria, face a suas (outras questões). Uma análise não é igual a outra porque mobiliza conceitos diferentes [...]. O que define a forma do dispositivo analítico é a questão posta pelo analista, a natureza do material que analisa e a finalidade da análise. (ORLANDI, 2005, p.27).

Além dos aspectos problematizados nas formulações de pesquisa, Orlandi (2005), entende que o analista de discurso deve referir o dispositivo teórico com o seu domínio disciplinar específico, em nosso caso, a Educação Ambiental. Ou seja, a análise depende não somente do domínio da teoria do discurso, mas da “disciplina a que se filia o analista” (idem, p.28).

Retomando o caso da primeira sigla em questão, o PLV, temos o **signo** Educação Ambiental que está ligado ao conceito de Programa de Educação, com uma especificidade, a Ambiental, cujo título ou tema é **Lagoa Viva**. Esse título, também presente na sigla do Instituto Lagoa Viva torna-se chave para compreender as especificidades desse programa em relação à EA, já que é relativo a um conjunto de ecossistemas específico: o Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú-Manguaba. É interessante notarmos que se trata do mesmo

ambiente no qual a empresa promotora do programa de Educação Ambiental em questão está situada. Assim, adiante, questionaremos os sentidos de **vida** produzidos no programa, ao conhecermos a historicidade relativa à emergência da EA **Lagoa Viva**.

A memória histórica da luta pela vida e o amianto

Outra materialidade discursiva que trabalhamos nessa análise⁶ é produzida pelo sindicato dos trabalhadores da indústria petroleira, petroquímica, química e de plásticos, nos estados de Alagoas e Sergipe, o SINDPETRO AL/SE. Esse sindicato iniciou, no ano de 2009, uma campanha contra a utilização de uma substância cancerígena na produção da BRASKEM. A temática da *vida* e da *morte* está presente no debate: “TRABALHAR SIM. MORRER NÃO”, “AMIANTO MATA!”, “LUTAR PELA SAÚDE NO NOSSO TRABALHO É LUTAR PELA VIDA”, “O banimento é uma questão da vida e do meio ambiente”, “O capitalismo mata e o amianto é uma de suas armas”, “A NOSSA LUTA É PELA VIDA”. A partir dessas materialidades, podemos apontar sentidos antagônicos aos de Lagoa Viva.

Como observamos, todos os dizeres selecionados fazem parte de uma campanha lançada pelo sindicato para o banimento/abolição de substância cancerígena. Essa substância é utilizada no processo de produção química da referida empresa, afetando diretamente os trabalhadores e trabalhadoras. O amianto possui uma longa história que contaremos brevemente nas linhas que se seguem, como forma de promover uma Educação Ambiental que lute verdadeiramente por uma lagoa viva.

O amianto é a denominação comercial dada à substância química constituída por um conjunto de minerais extraídos de rochas, de constituição básica de silicato de magnésio, que possuem partes fibrosas - o asbesto - que causa doenças como a asbestose (fibrose pulmonar crônica e irreversível) e cânceres, de acordo com o *Seminário Internacional pelo Banimento do Amianto* (SINDPETRO, 2009), “além de placas pleurais, doenças digestivas, doenças de pele, entre outros”, como pode ser consultado na cartilha *CAMPANHA PELO BANIMENTO DO AMIANTO. TRABALHAR SIM. MORRER NÃO* (SINDPETRO, 2009, p.3).

A Braskem utiliza diafragmas à base de amianto para cada célula de eletrólise na transformação do cloreto de sódio (retirado do SALGEMA) e água, em cloro, soda e

6 Outras materialidades foram trabalhadas no texto integral no qual o presente artigo é parte. Cf. O discurso da Educação Ambiental em Alagoas: do ambientalismo radical ao cinismo empresarial. Dissertação de Mestrado (2016) defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas.

hidrogênio. O mais perigoso nisso tudo é que foi comprovado que não existe nível seguro para exposição ao amianto e, mesmo assim, a empresa continua utilizando, ainda que haja alternativas de substituição (SINDPETRO, 2009).

As propriedades de incombustibilidade, resistência e durabilidade do amianto são conhecidas pela humanidade desde os povos primitivos que utilizavam essa substância na confecção de vasos de cerâmica. Há relatos de sua composição em artefatos na Grécia e Roma antiga, no entanto, é somente a partir da revolução industrial que começa a ser utilizado em larga escala nas indústrias. Por suas características e por ser um material abundante na natureza e de baixo custo, o amianto foi largamente utilizado na produção industrial do sec. XX em cerca de 3000 produtos, principalmente os da construção civil (telhas, caixas d'água, forros, etc.). A partir de 1935, estudos médicos começaram a apontar o amianto como causa de doenças ocupacionais, até que em 1955 ele é tido, definitivamente, por médicos britânicos, como causador de câncer de pulmão. Em 1960, são confirmados 33 casos de mesoteliomas pleurais em trabalhadores de minas de amianto na África do Sul (SINDPETRO, 2009).

Grupos de vítimas vêm-se organizando, desde a década de 1980, com o objetivo de banir o uso do amianto. Dos 66⁷ países que baniram o amianto, até hoje, inclui-se toda a União Europeia e países da América Latina como o Chile, Argentina e Uruguai, dentre outros. No entanto, ainda há uma grande dificuldade de se conseguir isso em países como o Brasil, um dos principais produtores e exportadores da fibra mineral no Mundo. O Brasil é o quarto produtor mundial de Amianto (SINDPETRO, idem).

O movimento dos atingidos vem crescendo desde a década de 90 e reuniões mundiais são organizadas para debater a questão: em 2000, o Congresso Mundial do Amianto em São Paulo; em 2004, o segundo Congresso Mundial do Amianto em Tóquio; em 2006 a Conferência Asiática sobre o Amianto em Bangkok e, em 2009, delegados de 24 países reuniram-se numa nova conferência asiática pelo banimento do amianto (KAZAN-ALLEN, 2009).

Brasileiros também têm participação nessas reuniões e estão entre os principais articuladores mundiais, desde 1995, quando foi criada na cidade de Osasco, em São Paulo, a Associação Brasileira de Expostos ao Amianto (ABREA). A ABREA foi formada por ex-trabalhadores de fábricas que sofreram doenças relacionadas à substância, inicialmente

7 Informação disponível em jornais online pela internet até o ano de 2016. Em novembro de 2017 o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela inconstitucionalidade da lei federal que permitia a produção, comercialização e uso do amianto no Brasil.

lutando por indenizações e constituindo uma rede de solidariedade. Essa entidade é pioneira na luta pelo banimento do amianto, construindo atividades na divulgação do perigo de seu uso, para trabalhadores e a população em geral, estes que utilizam sem saber, produtos contendo a substância cancerígena (KAZAN-ALLEN, 2009).

Acompanhando a luta mundial contra o amianto, em 2009, momento em que havia acontecido o banimento em 45 países, é organizado pelo Sindpetro AL/SE o *1º Seminário Internacional pelo Banimento do Amianto*, voltado para o diálogo com os trabalhadores da Braskem, que teve também participação de estudantes da UFAL e IFAL (Instituto Federal de Alagoas) e moradores da região do Pontal, bairro próximo ao empreendimento empresarial, que é vítima dos danos ambientais e sociais causados por esta fábrica desde a sua implantação, como já frisado.

O seminário, organizado em um ambiente educativo institucional, o auditório do referido IFAL, fez ressoar a luta contra o amianto para setores mais amplos da sociedade alagoana.

Os efeitos do amianto costumam se manifestar distante do local de trabalho e muito tempo depois da exposição, geralmente quando os trabalhadores não estão mais na empresa, ou quando já aposentados, o que dificulta a identificação dos sintomas relacionados à doença ocupacional, quadro presente na maioria dos casos de saúde do trabalho. Em relação ao amianto o diagnóstico torna-se ainda mais difícil, pelo longo tempo em que ele pode se manifestar (até 40 anos após a primeira exposição) (SINDPETRO, idem).

Como já existem tecnologias de substituição do amianto nas células eletrolíticas, como a tecnologia de membranas não permeáveis de troca iônica, por exemplo, a resistência na sua substituição, pelos interesses econômicos existentes, tanto nas indústrias de mineração quanto nas próprias indústrias que o utilizam nas suas instalações como é o caso da Braskem, leva-nos a um último questionamento fundamental: como defender a vida (**Lagoa Viva**) se a empresa não respeita a saúde do trabalhador, sendo responsável por sofrimentos posteriores a uma vida de trabalho, momento em que esse deveria descansar da exploração capitalista? O amianto, que ficou conhecido como “a catástrofe sanitária do século XX” é hoje, um dos principais fatores danosos à saúde e ao meio ambiente, enfrentados pelos trabalhadores dessa indústria.

A problemática do amianto nos remete a sentidos ideológicos anteriores, como a história do ambientalismo alagoano, permitindo o contraponto ideológico ao dito **Lagoa Viva**. O adjetivo “viva”, presente nas siglas que estamos abordando, possibilita um

conjunto de paráfrases que se iniciam ainda durante o acontecimento histórico de acidentes ambientais. Estes acidentes impulsionam a formação de um movimento social ambientalista que trouxe os sentidos do viver, em sua luta e sua sigla (Movimento Pela Vida - MOVIDA), reapropriados e distorcidos pela empresa e seu programa de EA, com o slogan **Lagoa Viva**. No entanto, mesmo a empresa se apropriando de um discurso em defesa da vida, típico do movimento ambientalista e da Educação Ambiental históricos, este discurso não impede a irrupção de significações que desmentem/desmascaram a defesa de uma lagoa viva, caso do confronto com o discurso do Sindpetro. Desmentir, teria o sentido de que o Programa Lagoa Viva defende a lagoa viva diferentemente de sua origem ambientalista, portanto, este não poderia defender a lagoa viva verdadeiramente. Dessa forma, podemos perceber que é possível retomar a memória em defesa da vida, por fora da formação discursiva ambiental empresarial, correspondente à formação ideológica neoliberal (posição discursiva que se encontra e Empresa e o ILV), e assim resgatar nos dizeres, o acontecimento histórico do ambientalismo radical alagoano, a partir de paráfrases que nos trazem sentidos atuais em defesa das lagoas.

A atualidade dos sentidos de vida é reavivada pela luta de classes, organizada pelos trabalhadores, quando estes dizem não à morte no trabalho e clamam em sua campanha pelo banimento do amianto. A frase “A NOSSA LUTA É PELA VIDA!”, bem como outras que já citamos, marca uma atualidade histórica que remete ao passado. Para Pêcheux (2006) o discurso é estrutura e acontecimento, sendo esse último o ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória.



FIGURA 1 – A luta sindical pela vida. Fonte: cartilha do SINDPETRO AL/SE: *CAMPANHA PELO BANIMENTO DO AMIANTO. TRABALHAR SIM MORRER NÃO.*

A frase que destacamos da cartilha do sindicato, “a nossa **luta é pela vida**”, permite um movimento parafrástico de sentidos de retorno a um dito (**Movimento Pela Vida**), esquecido pela Educação Ambiental **Lagoa Viva**, e retomado pelo movimento dos trabalhadores na luta contra o amianto. A Paráfrase, como salienta Moreira (2010, p.56) “se coloca como um processo de efeitos de sentidos, produzidos no movimento interdiscursivo do dito, com o já dito em algum lugar, e recuperado, reformulado e ressignificado pela memória”.



Figura 2 – Foto de manifestação do histórico Movimento Pela Vida. Fonte: Tribuna de Alagoas, 1986. Reproduzido de Vieira (2003, p. 175).

Retomando Bakhtin/Volochínov (2010, p. 67) e a compreensão de que “todo corpo físico pode ser percebido como símbolo”. **Nessa perspectiva, a lagoa**, que é um ambiente natural, torna-se signo ideológico de um projeto empresarial. **Além disso, o signo lagoa vem acompanhado de um critério de avaliação** – viva - que reflete e refrata sentidos específicos. Recorremos mais uma vez a Bakhtin/Volochínov (idem, ibidem): “a palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais”. Nesse sentido, podemos inferir que o título **Lagoa Viva** remete a uma relação de forças sociais envolvidas com a problemática ambiental das lagoas, que se iniciaram na década de 80, com conflitos de classes que se diluíram e retornam de maneira distorcida em sentidos ideológicos lançados através de um projeto de EA da mesma empresa causadora dos danos ambientais.

O signo “viva” remete, portanto, às ações da empresa que, supostamente, estaria contribuindo para manter a lagoa viva e não a deixar morrer. Estamos diante, então, de uma Educação Ambiental puramente retórica, ou, melhor dizendo: cínica. Essa Educação Ambiental não poderá tratar da história tal como tratamos, pois, estaria negando a si mesma enquanto projeto ideológico conservador. Discutir a trajetória poluidora da empresa Sargema/Braskem, pela própria empresa, seria um “tiro no pé”, ou melhor, um suicídio para o projeto PLV/ILV.

A acusação que fazemos ao grupo empresarial pela morte das lagoas, retomando sentidos lançados pelo movimento ambientalista nascente, não pode fazer parte da

formação ideológica, nem de qualquer formação discursiva formulada a partir deste projeto. A história do ambientalismo em Alagoas, é apagada dos pressupostos político-pedagógicos da Educação Ambiental analisada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacamos para este artigo sentidos de *vida* trazidos pelo signo *Lagoa Viva* da Educação Ambiental empresarial em Alagoas. O confronto histórico com a problemática ambiental em sua forma crítica, radical, nos permitiu lançar olhares contrários a uma Educação Ambiental que defende a vida. Assim foi possível negar a tendência de enxergar o discurso de EA em questão como positivo. Apenas o confronto do discurso com a história pôde trazer elementos que permitiram problematizar esta positividade.

Entendemos que uma Educação Ambiental que se pretenda transformadora e defenda a vida dos ecossistemas ligados às lagoas alagoanas deve negar a neutralidade na luta pelo “verde” e romper com as ações educativas que não questionam a destrutividade do capital. E isto só pode ser feito por fora e contrário ao Programa de Educação Ambiental Lagoa Viva (PLV/BRASKEM).

REFERÊNCIAS

ALAGOAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Projeto de levantamento ecológico e cultural da região das lagoas Mundaú/Manguaba**. 2ª edição ampliada. Maceió: SEPLAN/AL, 1980. v. II.

BRANDÃO, O. **Canais e lagoas**. 3ª edição. Maceió: Edufal, 2001.

BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2010.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Agrocombustíveis: energia limpa?** Disponível em: <http://cptalagoas.blogspot.com.br/2009/09/agrocombustiveis-energia-limpa.html>. Acesso em : 10 de Fev. 2013.

CAVALCANTE, M. S. O; FLORÊNCIO, A. M. G. ; MAGALHÃES, B. & SILVA SOBRINHO, H. F. **Análise do discurso: fundamentos e prática**. Maceió: Edufal, 2009.

COURTINE, J. Jacques. **Análise do Discurso político. O discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos, EdUFSCar. 2009.

FLORES, A. **Meio ambiente (uma contribuição para Alagoas)**. Maceió: Imagem Gráfica Rápida, 1999.

ILV, INSTITUTO LAGOA VIVA. **Instituto lagoa viva**. Revista. Ano 1; nº1, 2010.

KAZAN-ALLEN, L. Campanha global pelo banimento do amianto. ABREA, 2009. (cartilha). Disponível em https://issuu.com/estudomarxista/docs/cartilha_amianto

LAYRARGUES, P. P. **A cortina de fumaça**: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica. São Paulo: Annablume, 1998.

_____. Apresentação: (re)conhecendo a educação ambiental brasileira. In: LAYRARGUES, P. P. (coord). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LIMA, M. J. A. **Ecologia humana**: realidade e pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Centauro 2009.

MOREIRA, L. A. L. **A insustentabilidade do discurso do desenvolvimento sustentável**. (Doutorado em Linguística), Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**. princípios & procedimentos. Campinas-SP: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 4ª ed. Campinas-SP: Pontes Editores, 2006.

PINTO, J. M. **Política ambiental e ambientalismo em Alagoas**: surgimento, conflitos e interações. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2004.

SINDPETRO AL/SE. **Campanha pelo banimento do amianto**. trabalhar sim. morrer não. Cartilha. Maceió: SINDPETRO AL/SE, 2009.

SOUZA, G. L. **Programa lagoa viva**: formação de educadores ambientais em escolas do ensino fundamental da rede pública de Maceió-AL. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2010.

VAISMAN, E. **A ideologia e sua determinação ontológica**. São Paulo: Revista Ensaio, nº17/18, 1989.

VIEIRA, M. C. **“Daqui só saio pó”**. Conflitos urbanos e mobilização popular - a salgema e o pontal da barra. Maceió: EDUFAL, 1997.

_____. **Meio ambiente**. nova cidadania ou utopia de poucos? Maceió: Edufal, 2003.

Submetido em: 07-12-2017.

Publicado em: 31-08-2018.